

MÃES E FILHAS: ETAPAS DO CICLO DE VIDA, TRABALHO E FAMÍLIA ENTRE O ANTIGO OPERARIADO BAIANO *

Cecília M. B. Sardenberg **

RESUMO: A coincidência entre os seus ciclos de vida reprodutivo e produtivo, face a uma divisão sexual do trabalho nos moldes tradicionais, sempre cria problemas para a mulher trabalhadora: como conciliar responsabilidades domésticas, principalmente o cuidar dos filhos, com o regime fabril? Esta questão foi posta para antigas operárias de uma fábrica de tecidos no subúrbio de Salvador, que funcionou, por quase um século, sob o sistema fábrica-vila operária. A partir dos seus relatos, desvenda-se, neste trabalho, não apenas como procuravam solucionar o problema, mas sobretudo como teciam, ao longo dos diferentes momentos e etapas dos seus ciclos de vida, redes de ajuda mútua com suas mães e/ou filhas, o que dava margem ao surgimento de unidades domésticas constituídas por famílias extensas matrifocais. A análise desses arranjos doméstico-familiares ao longo do tempo, permite-nos, ainda, fazer considerações sobre o entremear do ciclo de desenvolvimento dos grupos domésticos em questão, com as etapas do ciclo de vida re/produtiva das mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Família operária, trabalho, relações de gênero, papéis familiares, cotidiano feminino.

* Este trabalho é uma adaptação do Capítulo IX de minha tese de doutoramento intitulada, **In the Backyard of the Factory: Gender, Class, Power, and Community in Bahia, Brazil**, defendida na Boston University, em dezembro de 1996. Gostaria de agradecer à minha filha, Marina Cecília Sardenberg de Oliveira, pela colaboração na tradução e editoração do texto, e às companheiras do NEIM/UFBA, Ana Alice Costa e Alda Britto da Motta, pelo incentivo e sugestões na elaboração do trabalho. Mas que fique aqui registrada a *mea culpa* por qualquer deslize que ele possa conter.

** Professora Adjunta do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, e pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher-NEIM, da Universidade Federal da Bahia.

INTRODUÇÃO

Sentada à mesa da cozinha de D. Luciana¹, saboreando um gostoso cafezinho preparado por ela, perguntei-lhe: “Esta casa é da senhora ou da Companhia?”. *Esta casa*, respondeu-me ela, *foi de minha mãe, agora é minha. Comprei dos Catbarino. Eu nasci aqui, me criei aqui, criei meus filho aqui, meus neto aqui, e daqui a pouco vão vir os bisneto. Tudo aqui nesta casa.*

A casa em questão situa-se em Plataforma, uma antiga vila operária ligada à Fábrica São Braz, hoje bairro pobre do Subúrbio Ferroviário de Salvador. Trata-se de uma casa simples, originalmente do tipo “porta e janela” (VIANNA, 1976), já tendo porém passado por várias reformas ao longo dos anos, inclusive pelo processo de verticalização, tão comum nos bairros pobres de Salvador, com a construção de laje e andar superior. Nesse andar mora hoje uma das netas de D. Luciana, jovem que na ocasião da conversa acima aludida era recém-casada e esperava o primeiro filho, o primeiro bisneto da matriarca.

Minha visita à D. Luciana deu-se durante um estudo realizado em Plataforma em 1994, que visou entre outros objetivos, reconstruir o cotidiano do trabalho na Fábrica São Braz e da vida em família no bairro, quando este ainda era uma vila operária (durante a primeira metade do século vinte). A presença marcante de muitos antigos operários daquela fábrica dentre os atuais moradores, aliada ao fato de que ela foi uma das maiores indústrias de fiação e tecidos da Bahia no passado, motivaram-me a conduzir o estudo – principalmente ao me dar conta de que, por quase um século, a fábrica em questão foi também a principal fonte de empregos para as mulheres de Plataforma.² Tratava-se de uma “fábrica com vila operária” (LEITE LOPES, 1988), que empregava sobretudo mão-de-obra feminina local.

¹ Utilizo aqui nomes fictícios para preservar a privacidade das pessoas que me contaram suas vidas.

² A São Braz foi criada em 1875 e desativada no início dos anos sessenta. A história dessa fábrica é discutida mais detalhadamente em SARDENBERG (1997a); veja-se, também, SARDENBERG (1997b) e SARDENBERG (1998).

Com efeito, analisando tanto os Livros de Férias quanto as informações contidas nos registros de empregados da fábrica, pude constatar a presença predominante das mulheres na São Braz.

Em 1945, por exemplo, elas representavam 83,5% dos trabalhadores ali empregados, sendo que dentre aqueles trabalhando nas linhas de produção (como fiandeiros, tecelões e em ocupações diretamente relacionadas), a presença feminina era ainda mais expressiva, chegando à cifra de 91,2%. Além disso, as informações referentes às mulheres incluídas numa amostra de 385 fichas de empregados, dão conta de que esse contingente feminino era bastante homogêneo: 49,7% das mulheres tinham menos que 25 anos de idade, 82,8% residiam em Plataforma, 40,3% haviam nascido ali mesmo e 84,5% eram negras ou pardas (SARDENBERG, 1997b, p. 22-23).

Mais importante, sucessivas gerações de mulheres do bairro – mães e filhas – se fizeram presentes nas fileiras da São Braz: tal como D. Luciana, sua mãe também trabalhou por mais de duas décadas como fiandeira. Na verdade, foi através desse trabalho na fábrica que a mãe de D. Luciana teve acesso à casa de que aqui tratamos. Na época, só operários da fábrica tinham acesso a essas moradias, assegurando a continuidade de um teto para a família, na medida em que proviam mão-de-obra para os fusos e teares da velha São Braz.³

Registrando histórias de vida e depoimentos de outros antigos operários e velhos moradores do bairro, chamou-me a atenção o fato de que, de um total de dezessete antigas operárias entrevistadas, nada menos que quinze afirmaram ser a casa onde moram de sua propriedade, sendo que destas quinze, sete “herdaram” a casa de suas mães. Duas delas, aliás, moram na mesma casa em que viveram suas avós, também antigas operárias da fábrica. Ademais, a partir dos seus relatos, ficou patente que, para além das casas, muitas dessas mulheres herdaram ainda a chefia de

³ Segundo afirmou D. Luciana em nossa conversa, a casa foi comprada há alguns anos da Cia. Progresso e União Fabril, empresa que tem como maior acionista a Família Martins Catharino, proprietária não só de muitas casas e lotes por todo o Subúrbio – aliás, em várias outras áreas de Salvador – mas também da velha Fábrica São Braz. Até meados da década de 40, época em que a União Fabril estava sob o comando do Comendador Bernardo Martins Catharino, ainda lembrado no bairro como o “Velho Catharino”, a São Braz oferecia também a seus operários acesso a uma cooperativa para aquisição de alimentos, roupas e outros bens de consumo para desconto em folha, além de uma creche para os filhos das operárias e uma escola para as crianças do bairro.

grupos domésticos constituídos por famílias extensas matrifocais. São mulheres que hoje estão à frente de unidades domiciliares que unem (ou já uniram) sob o mesmo teto, duas ou mais gerações de mães e filhas – mulheres cujos companheiros têm sido efêmeros ou apenas periféricos, encontrando, assim, no núcleo de parentes maternos, apoio mútuo e segurança para elas próprias e seus filhos.

Por certo, a existência de grupos doméstico-familiares chefiados por mulheres num bairro pobre de Salvador, em nada tem de inusitado. Ao contrário, estudos recentes dão conta de que no Brasil como um todo, cresce significativamente o número de chefias familiares femininas, principalmente entre as camadas menos privilegiadas. Por exemplo, entre 1981 e 1989, a proporção de grupos domiciliares dessa natureza apresentou um incremento de 11% para 18%, respectivamente (GOLDANI, 1994), sendo que, na Bahia, particularmente em Salvador e Região Metropolitana, essa proporção alcançou a cifra de 20% (CASTRO, 1989). Mais recentemente, analisando dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), Martha Rocha Santos verificou que, em 1996, esses índices já haviam chegado à casa de 23,8% (SANTOS, 1996). Esse mesmo estudo revelou que dentre esse universo predominavam as famílias de baixa renda e que 88,3% das mulheres chefes eram negras e pardas.

Sabe-se, outrossim, que o fenômeno de chefias familiares femininas não é algo recente na história de Salvador. KÁTIA MATTOSO (1992) encontrou índices relativamente elevados de famílias assim organizadas na Bahia oitocentista, concentradas sobretudo em paróquias pobres de Salvador. Constatações semelhantes foram também apontadas por DAIN BORGES (1992), MÁRIO AUGUSTO SANTOS (1993) e FERREIRA FILHO (1994), entre outros autores, o que atesta a relativa antiguidade do fenômeno em questão.

Tal como ressalta MÁRCIA MACEDO (1999, p. 6), entretanto, é evidente que esse fenômeno *só tem relevância social, e, aí, sociológica, na medida em que se considera o modelo dominante de família ou de arranjo doméstico-familiar vigente, ou seja, o modelo de família patriarcal, no qual cabe ao homem e não à mulher o papel de “chefe”*. Tanto normativa quanto estatisticamente, esse é o

tipo de arranjo doméstico-familiar predominante na sociedade brasileira, operando como o principal ideal de família no recrutamento de indivíduos para a constituição de grupos domésticos (SARDENBERG, 1997c). Provavelmente, se fosse possível retrair as diferentes etapas de desenvolvimento dos grupos domésticos chefiados por mulheres incluídos nas estatísticas, poderíamos constatar que muitos – quem sabe até a grande maioria deles – foram formados nos moldes dominantes, tornando-se “parciais” em virtude de separações de casais, abandono ou morte do marido-pai. Nesse sentido, não custa lembrar que o maior contingente de mulheres chefes de família é de viúvas acima de 50 anos (OLIVEIRA e BERQUÓ, 1990; GOLDANI, 1994). Tais estatísticas sugerem que, dada a maior expectativa de vida das mulheres em relação aos homens, a chefia feminina por viuvez pode ser caracterizada como uma fase do desenvolvimento de grupos doméstico-familiares (BRITTO DA MOTTA, 1999, *in passim*).

Ressalte-se, porém, que fogem dessas circunstâncias o caso de D. Luciana e de outras famílias de ex-operários entrevistados no estudo realizado em Plataforma. Com efeito, contrariando o modelo patriarcal de família, elas representam uma longa tradição de chefias femininas passadas de mães para filhas, mesmo quando maridos e companheiros integram ou integravam os grupos domésticos analisados. Mais importante, esses grupos domésticos caracterizavam-se como famílias extensas matrifocais englobando mais de duas gerações, podendo-se até mesmo pensá-las como “matrilinhagens”. Neste caso, portanto, estaríamos diante da conjunção de três fenômenos distintos, ainda que interrelacionados.

Infelizmente, não existem elementos que nos permitam avaliar qual a porcentagem de unidades domésticas em Plataforma no passado que de fato se enquadravam nesses arranjos. No entanto, a importância do trabalho da mulher na fábrica e, portanto, para os grupos domésticos em questão, faz-nos crer que chefias femininas – com ou sem a presença de companheiros – eram com certeza um fenômeno de ampla ocorrência no bairro.

Neste trabalho, proponho-me a analisar esses arranjos doméstico-familiares e os fatores que contribuíam para a sua reprodução através das

gerações no passado, baseando-me, para tanto, nos depoimentos de homens e mulheres, antigos operários da Fábrica São Braz, entrevistados durante o estudo realizado em Plataforma. Detenho-me, particularmente, na análise das redes de apoio mútuo entre mães e filhas, que permitiam às mulheres dos grupos domésticos estudados conciliar o trabalho assalariado na fábrica com as atividades domésticas e, assim, garantir o sustento bem como a moradia para os membros da família. Como se verá adiante, isso contribuía sobremaneira para o estreitamento dos laços entre as mulheres de um grupo doméstico, fragilizando, ao mesmo tempo, seus laços conjugais.

TRABALHO DOMÉSTICO VS. TRABALHO FABRIL

Cabe aqui lembrar que uma das características fundamentais das “fábricas com vilas operárias” (LEITE LOPES, 1988) prende-se ao fato de que além de se constituírem em espaços de produção, elas foram também locais privilegiados de reprodução da força de trabalho. Ademais, para além de uma simples fonte de empregos, vilas operárias eram também assentamentos nos quais *homens e mulheres se apaixonavam, casavam, criavam seus filhos e se aposentavam quando idosos* (HALL *et al*, 1987, p. 114).

Como se viu anteriormente, no caso de Plataforma como em outras antigas vilas operárias, impunha-se inicialmente um sistema de trabalho familiar. A moradia estaria disponível desde que a família inquilina provesse mão-de-obra para a fábrica. Entretanto, quais e quantos membros dessas famílias deveriam realmente trabalhar nessas fábricas, dependia não só de determinantes macroestruturais da economia mundial e seus reflexos nos mercados de trabalho locais, mas também da composição e fase de desenvolvimento dos grupos doméstico-familiares em questão, bem como das respectivas necessidades, capacidades e preferências de seus membros (PARR, 1990, p. 3).

Nesse tocante, não é demais lembrar que famílias e, mais precisamente, grupos domésticos são constituídos por indivíduos, isto é, por gente que nasce, cresce, trabalha, casa, tem filhos e morre, o que implica

dizer que são *entidades fluidas, cujo tamanho e composição podem variar significativamente em função de nascimentos, óbitos, casamentos e separações* (SARDENBERG, 1997c, p. 7). Indivíduos passam por diferentes etapas no seu ciclo de vida – infância, juventude, maturidade, velhice – e, portanto, grupos domésticos também (GITTINS, 1985, p. 8). Melhor dizendo, grupos domésticos atravessam etapas ou fases diferentes no seu ciclo de desenvolvimento, fases essas que acompanham, de uma maneira ou de outra, as etapas do ciclo de vida das pessoas que os compõem.

Ressalte-se, outrossim, que em se tratando das classes trabalhadoras, a organização/divisão das tarefas no grupo sempre estará voltada para a liberação de um determinado número de membros para o trabalho assalariado. Segundo a moral familiar burguesa, caberia ao homem como pai e marido o papel de chefe da família e do grupo doméstico e, portanto, a responsabilidade de provedor. A mulher/esposa/mãe e os filhos seriam a parte dependente, compartilhando os frutos do trabalho do chefe. Tradicionalmente, entretanto, a indústria têxtil tem se caracterizado como um dos principais redutos da força de trabalho feminina, tendência esta também verificada no Brasil, tanto hoje como no passado (MOURA, 1982; PENA, 1981; SAFFIOTI, 1981). E ela se mostra particularmente marcante em situações de vilas operárias dada a possibilidade de se conciliar, mais facilmente, o trabalho doméstico com a atividade fabril. Nas palavras de Maria Rosilene B. Alvim:

Em uma situação de vila operária têxtil o trabalho feminino vai ser incentivado de forma dupla. Por um lado, a proximidade do trabalho em relação à moradia vai facilitar o trabalho de mulheres com filhos na medida em que não terão que consumir muito tempo entre a saída da unidade doméstica para a unidade industrial e vice-versa. Por outro lado, esta alternativa de trabalho feminino industrial é garantida pela importância da mão-de-obra feminina demandada pelas fábricas têxteis (1979, p. 100).

Assim mesmo, por força das ideologias de gênero que conferem à mulher a responsabilidade pelas atividades ditas “domésticas”, sua inserção e permanência no mundo do trabalho não se dá, geralmente, sem conflitos. E esses conflitos se agravam principalmente quando se trata do trabalho fabril, isto é, de um *trabalho assalariado regular, que impõe horários e*

rotinas à força de trabalho estabelecidos exclusivamente em função dos interesses da empresa (MACHADO DA SILVA, 1979, p. 196). Certamente, não é ao acaso que, na força de trabalho feminina industrial, predominam as mulheres nas faixas etárias dos 18 aos 24 anos, principalmente mulheres solteiras ou casadas sem filhos. Isso resulta não apenas da conhecida preferência, por parte das empresas, pelo emprego de mulheres nessas circunstâncias de vida, mas também da tendência, entre as trabalhadoras, a deixarem de trabalhar quando se casam ou têm os primeiros filhos, só voltando a trabalhar “fora de casa” quando eles crescem e se tornam mais independentes.

Surpreendeu-me, portanto, encontrar antigas operárias, algumas com mais de dez filhos, que afirmam ter trabalhado na fábrica desde bem jovens até à aposentadoria, interrompendo o trabalho apenas para o parto e período de aleitamento, então concedidos como parte da licença-maternidade.

Há que ressaltar: mesmo considerando a existência de uma creche na fábrica para os filhos dessas trabalhadoras, ou mesmo tendo em conta a proximidade física entre “casa e trabalho” proporcionada pelo sistema “fábrica com vila operária”, as dificuldades impostas às mulheres na conciliação entre trabalho doméstico e trabalho assalariado regular na fábrica não eram nada desprezíveis. No período aqui tratado (dos anos 30 a fins da década de 50), Plataforma não dispunha de energia elétrica, nem de água encanada, o que tornava o trabalho das donas-de-casa no mínimo estafante. Tal como me confidenciou uma antiga moradora:

A vida aqui era muito difícil, difícil mesmo. Não tinha água de cano, não tinha luz, não tinha asfalto na rua. A gente tinha que andar muito para ir buscar água e carregar as lata de volta pra casa na cabeça. Tinha que andar pra lavar roupa no rio. E tinha que andar pra arranjar lenha, porque naqueles tempo também não tinha fogão de gás.

Essa carência de uma infra-estrutura urbana básica no bairro implicava em sobrecargas nas atividades domésticas e, portanto, num tempo redobrado para realizá-las. Mas como arranjar tempo se às 7:00 hs soava o “xereta”, o terceiro apito da fábrica, anunciando que os portões se fechariam e quem não tivesse entrado, até então, perderia o dia de trabalho, um dia de “ganho”? Como ir buscar a água no curto espaço de

tempo destinado ao almoço, ou no fim da tarde, depois de um longo dia de trabalho estafante sob o calor e barulho das máquinas? Em suma, como conciliar as responsabilidades domésticas, principalmente o cuidar dos filhos, com o regime fabril?

A AJUDA DAS FILHAS

Postas para as antigas operárias incluídas neste estudo, tais questões invariavelmente trouxeram à mostra a intensa rede de ajuda mútua entre mulheres – principalmente entre mães e filhas – acionada para o solucionamento do problema. De fato, eram sobretudo as mulheres da casa que compartilhavam as responsabilidades tanto pelo sustento da família quanto pelas atividades domésticas e o cuidado das crianças, revezando-se nessas atividades a depender, por um lado, das necessidades do grupo segundo o momento no seu ciclo de desenvolvimento e, por outro, da etapa de ciclo de vida em que as próprias mulheres se encontravam.

De um modo geral, entretanto, as mulheres eram encarregadas do cuidado com as crianças e todos os afazeres domésticos, um papel para o qual começavam a ser treinadas desde cedo ajudando suas mães. Mas isso acontecia especialmente nos lares onde a mãe, chefe da família, trabalhava na fábrica. Como filha mais velha numa família de cinco irmãos, por exemplo, Dona Alma recorda-se de que mal podia carregá-los quando se tornou responsável por eles e pela casa:

Minha infância foi tão ruim, eu não tive realmente uma infância. Minha infância era só trabalho, eu nunca fui preguiçosa. Quando eu era pequena eu trabalhava ainda mais do que agora. A gente morava em São João [de Plataforma], em cima do morro, e eu tinha que carregar água, eu ia para a praia para catar mariscos, eu ia catar lenha. Eu tinha que ir catar marisco para que a gente tivesse alguma coisa para comer na hora do almoço. Eu tinha que ir até Pirajá para catar lenha. Eu tinha que atravessar uma ponte, uma vez eu quase caí na maré alta. Eu podia ver tudo verde lá embaixo. Eu tinha que fazer muita coisa para ajudar na casa.

Queixas semelhantes aparecem nos relatos de quase todas as ex-operárias: nenhuma se lembra de uma infância feliz, livre e despreocupa-

da.⁴ Note-se, porém, que a carga de trabalho e responsabilidades que cabia a essas operárias enquanto meninas, variava em função da presença ou ausência de outras mulheres adultas na casa – avós maternas, no particular – bem como do sexo e idade das outras crianças do grupo doméstico. Assim, como filha mais velha e sem irmãs ou avó residente com quem dividir essa carga, Dona Telma declarou:

Eu tive uma infância muito triste. Era triste, era trabalho, trabalho e mais trabalho. Eu nunca podia sair e brincar com as outras crianças da minha rua, eu tinha que lavar e passar a roupa, eu tinha muito que fazer.

Por certo, mães trabalhadoras dependiam da ajuda de todos os filhos – tanto dos meninos como das meninas. No entanto, estabelecia-se uma divisão sexual do trabalho entre as crianças, o que contribuía para a sua socialização segundo os papéis de gênero implícitos na moral familiar burguesa. Assim, as meninas eram encarregadas de tarefas e responsabilidades que comumente caberiam às mulheres/mães/donas-de-casa, enquanto que os meninos, em preparação para sua vida futura como “provedores” – isto é, como membros do grupo doméstico que deveriam “sair pelo mundo” para ganhar a vida – já eram desde cedo encarregados das tarefas realizadas fora de casa.⁵ Segundo confidenciou uma das entrevistadas:

Minha mãe sempre achou que trabalho de casa era para as mulheres. Os homens tinham que ir para a rua enquanto as mulheres tinham de fazer todas as coisas de casa (Dona Linda).

A observação desses princípios é também sugerida no testemunho de homens que entrevistamos. Embora todos tenham alegado que sempre ajudavam suas mães, a única tarefa que lembram ser de sua responsabilidade era catar lenha. Assim mesmo, essas excursões ao mato para catar lenha eram geralmente ocasiões para diversão e brincadeiras. Na verdade, diferentemente das meninas, os meninos tinham não apenas mais tempo e oportunidade para o lazer e brincadeiras, como também

⁴ Lembranças semelhantes foram reveladas a VECCLIA (1997) por ex-operárias têxteis em São Paulo.

⁵ Nesse aspecto, a divisão sexual do trabalho entre crianças, tão bem descrita por ZAHIDÉ MACHADO NETTO (1983, 1984a, 1984b) no caso de famílias das camadas populares em Salvador no início da década de 80, parecia já estar bem estabelecida entre as famílias de Plataforma na primeira metade do século.

usufruíam de maior liberdade para perambular pelo bairro. Como depreende-se das recordações de “Seu” José :

Quando eu era menino, eu brincava com todo mundo, eu gostava de todo mundo. Eu estava sempre na rua brincando, eu brincava muito. Tinha uma brincadeira chamada “bacalhau”, a senhora conhece? Era assim, a gente colocava coisas no chão, um grupo tinha de pular essas coisas e, no lugar onde caíam, era o “bacalhau”. Quando tinha lua cheia, a gente brincava de roda, a gente ficava na roda e cantava. “Bacalhau” os meninos e meninas brincava separado, as meninas não brincava muito. Mas na roda todo mundo brincava junto, meninos e meninas junto. Era muito democrático. Eu também brincava de bola, todos os meninos naquela época faziam o que fazem agora, brincavam.

Tanto meninos como meninas freqüentavam a escola, a maioria indo para a escola primária Dona Úrsula Catharino, que pertencia à Fábrica São Braz. Contudo, a entrada na escola se dava tardiamente, geralmente aos dez ou onze anos, principalmente no caso das meninas, filhas mais velhas:

Eu só fui para a escola tarde e por um curto tempo... Eu não fui antes porque não tinha tempo: porque ou eu ia para a escola ou eu ajudava em casa, não podia fazer as duas coisas. Meu irmão mais velho começou a trabalhar na fábrica muito jovem, assim que pôde, então eu tinha que ficar em casa para cuidar dos outros e da casa. Minha mãe tinha onze filhos, sabe (Dona Alma).

Mas freqüentar a escola era também uma atividade de curta duração, interrompida depois de alguns anos, três no máximo, quando os jovens começavam a ser empregados na fábrica. Note-se, porém, que a pressão para trocar a escola pelo trabalho, parece ter sido maior sobre os meninos, principalmente os filhos mais velhos. Segundo o testemunho de “Seu” José, ele e seu irmão mais velho tiveram de deixar a escola depois da morte de seu pai para ajudar a sustentar a família:

Eu só comecei a freqüentar a escola depois de voltar do interior. Mas eu só fiquei na escola por pouco tempo, eu acho que menos de um ano. Eu fui para o primeiro ano e aprendi minha tabuada, aprendi minha primeira cartilha. Eu passei para a segunda, a cartilha do Carvalho, mas quando eu ia começar a terceira tive que deixar a escola para trabalhar. Meu pai morreu e eu não podia ficar na escola. Com meu irmão foi ainda pior. Ele era o mais velho e não passou nem pe-

la primeira cartilha, nem aprendeu a tabuada dele. Ele não tinha tempo pra estudar, ele era o mais velho (Sr. José).

De fato, ser o filho ou filha mais velha implicava em assumir desde cedo uma maior carga de responsabilidades na família. Tal como nas famílias operárias paulistas estudadas por ARACKY MARTINS RODRIGUES (1984) nos anos 70, também em Plataforma verificava-se um padrão de distribuição de papéis segundo o sexo e idade relativa dos filhos.

Para os meninos, independente da posição que ocupavam na pirâmide etária da casa, esse papel implicava na procura de um emprego (ou alguma forma de gerar renda) tão cedo quanto pudessem. No caso das meninas, entretanto, verificava-se uma duplicidade de papéis conflitantes. Se, de um lado, elas deveriam assumir as tarefas domésticas, de outro, a preferência pelo trabalho feminino na fábrica impelia as famílias a direcioná-las para o trabalho fabril. Não raro, como se verifica nos depoimentos de duas antigas operárias, as próprias mães encarregavam-se não apenas de arranjar-lhes colocação na fábrica, mas também de treiná-las para o trabalho:

Minha mãe trabalhava na fábrica e ela perguntou lá se tinha lugar pra mim. Eu só tinha dez anos, mas disse a eles que era mais velha. Mas eu ainda era pequena, eles tiveram que me arranjar um banquinho pra eu trabalhar (Dona Carlinda).

Eu consegui meu emprego na fábrica pela minha mãe. Ela trabalhava na tecelagem, então eu não tive nenhum problema. Ela mesma me ensinou. Eu só tinha doze anos, mas eles me quiseram assim mesmo (Dona Elenita).

Sem dúvida, esse empenho das mães, principalmente daquelas que viviam nas casas da companhia, não visava apenas o aumento da renda familiar. Era preciso também investir no provimento de mão-de-obra da família para a fábrica para atender às estipulações então existentes, garantindo assim a continuidade da posse das casas e de um teto sobre suas cabeças no futuro. Destaque-se, porém, que a essas necessidades de reprodução dos grupos domésticos, aliavam-se os interesses das próprias meninas. Trabalhando na fábrica, elas poderiam escapar de algumas tarefas domésticas (mesmo que nunca se livrassem delas), usufruindo, ao

mesmo tempo, de um pouco mais de liberdade para sair de casa e estar em companhia das amigas. Como Dona Telma candidamente revela:

Deixa eu te contar, eu estava muito cansada de todo aquele trabalho em casa. Carregar água e depois encarar aquela enorme trouxa de roupa para lavar o dia inteiro e à noite passar com aquele ferro à carvão, dois desses ferros para passar toda a roupa. Eu tinha de ajudar em casa, certo ?... Eu tinha treze anos naquela época e todas as meninas da minha rua já estava trabalhando na fábrica. Então eu decidi arranjar um emprego para mim também. Eu achei que nada podia ser pior do que o trabalho que eu fazia em casa. Eu também queria sair com as amigas, sair um pouco de casa.

Importa observar que seja no caso dos meninos quanto das meninas, o primeiro emprego na fábrica revestia-se também de um significado especial: como um rito de passagem, demarcava o fim da infância e o começo de uma nova etapa em suas vidas. Mas essa etapa não era igual para meninos e meninas.

Com efeito, enquanto os meninos haviam antes aproveitado a liberdade de poder perambular pelo bairro, brincar no mato e jogar bola com seus amigos, o emprego na fábrica significava “confinamento” por grande parte do dia. Sua liberdade de movimentos seria então controlada e não só porque agora estariam confinados a quatro paredes e a uma máquina, mas também porque ficariam submetidos à supervisão de mestres e contramestres no trabalho. Desacostumados a esse tipo de controle, os meninos eram muito mais indisciplinados e difíceis de serem domesticados à rotina da fábrica.⁶ Uma vez terminada a jornada de trabalho, saíam em debandada pelos portões da fábrica, permanecendo na rua com seus companheiros até o anoitecer.

O mesmo não acontecia em relação às meninas. Primeiro, porque a rua não era lugar de menina e, segundo, porque o trabalho na fábrica não as livrava completamente dos afazeres domésticos: tinham que voltar para casa e ajudar suas mães. Contudo, o fato de que elas agora trabalhavam fora de casa, implicava em um maior grau de liberdade para estar

⁶ Segundo se verifica nos registros das fichas de empregados da fábrica, a suspensão de meninos por insubordinação e brigas no trabalho era um fato bastante comum. Para uma discussão desses registros veja-se SARDENBERG (1997 a; 1997 b).

com as amigas, “flertar” com colegas da fábrica, namorar. Segundo o depoimento de Dona Alma: *Eu adorei ir trabalhar na fábrica. Era tão bom ficar fora de casa o dia inteiro, sair com minhas colegas. Eu tinha muitos amigos na fábrica.*

De fato, nas recordações das antigas operárias sobre esse período de suas vidas – a juventude – há muito pouco espaço para tristezas e queixas. Até mesmo aquelas que reclamam de que seus irmãos e os rapazes em geral tinham muito mais liberdade que elas, falam da juventude como o melhor tempo de suas vidas. Elas falam das festas, dos bailes, da vida sem preocupações que levavam em Plataforma naquela época:

Eu lembro que a minha juventude foi linda. Tinha muitas festas, muitos bailes aqui em Plataforma. A gente se divertia muito. Era muito bom, a gente trabalhava muito a semana inteira, mas naquela época eu era jovem. Nos sábados a gente vinha do trabalho e ainda tinha energia pra sair e dançar (Dona Luciana).

Eu adorava dançar quando era jovem. Tinha muita festa aqui. Eu e minhas irmãs ía a muito baile por aqui. Tinha baile no Sábado, no Domingo, no São João, no Carnaval. Era no Carnaval que a gente brincava e dançava do Sábado até a Quarta-feira de Cinzas (Dona Lúcia).

FILHAS QUE SE TORNAVAM MÃES

Bailes e quermesses eram então o espaço privilegiado para a “paquera” e encontros entre casais de namorados, uma vez que para namorar uma menina em sua casa, os pretendentes tinham que obter a permissão do chefe da família – pai ou mãe. Uma vez consentido o namoro, os encontros do casal deveriam acontecer se não na sala, no portão, mas sempre sob os olhos atentos de um “chaperone”.⁷ Nas palavras de Dona Lúcia e de Dona Alice:

Naquela época tinha muito respeito, não tinha beijo em público como agora. Tinha que ter respeito e obedecer os mais velhos. A gente tinha que pedir permissão para poder conversar no portão (Dona Lúcia).

⁷ Sobre as regras do namoro “à moda antiga”, veja-se AZEVEDO (1986).

Namoro naquela época ? Não tinha muito não, era você aqui e o namorado lá. Minha mãe tava sempre tomando conta, quando não era ela, ela punha minha irmã atrás da gente (Dona Alice).

Certo é que apesar de toda a vigilância, os casais de namorados sempre encontravam meios de burlar os “chaperones”, dando vazão aos seus sentimentos. Isso fica patente nos depoimentos tanto dos homens quanto das mulheres entrevistadas:

Minha mãe estava sempre cuidando, mas quando esse meu namorado fazia que ia sair, eu ia com ele até o portão. Sabe como é, era tudo escuro, não tinha luz na rua como agora, e uma vez quando eu tava lá dando boa noite, ele me deu uma pernada e pronto. Isso foi indo até que eu peguei menino (Dona Telma).

Quando eu olhei, era ela. Então eu fui, tirei ela pra dançar, e eu gostei. O pai dela era barbeiro e eu tinha medo de barbeiro. Mas daí ela me disse que a gente podia namorar. Ela disse: “você pode vir para a minha casa quando meu pai sair para a seresta. Minha mãe gosta de você.” Eu conhecia a mãe dela da fábrica, a mãe trabalhava comigo lá, então eu comecei namorar a filha. Quando o pai dela saía para a seresta eu ia pra casa dela. Ele voltava pra casa cantando as músicas de Vicente Celestino, então a gente sabia quando ele tava voltando e eu ia embora. Sabe como é, muita liberdade, isto, aquilo e aquilo outro, e eles me casaram (“Seu” Luiz).

Sem dúvida, o grau de intimidade existente entre esses casais não era algo incomum entre as camadas populares. Segundo nos indica FERREIRA FILHO (1994), os processos de defloramento que tiveram curso nas primeiras décadas do século XX, incluem relatos das partes envolvidas descrevendo com detalhes a intimidade sexual que desfrutavam nesses relacionamentos, mesmo quando vigiados. O mesmo autor afirma que de um total de 89 processos analisados – 12,35% dos quais envolvendo operárias têxteis – apenas dois diziam respeito a estupros (1994, p. 125). Nos demais, as jovens consentiam com as liberdades tomadas pelos namorados, principalmente quando convencidas das suas supostas “boas intenções”. Em muitos casos, aliás, as queixas só eram registradas muito tempo depois do defloramento em si, não raro, só depois que os sedutores negavam-se a assumir a responsabilidade por uma gravidez anunciada.

Vale observar que a legislação do período estipulava que, no caso das famílias legalmente constituídas, o registro da queixa era prerrogativa

do pai da jovem. Entretanto, segundo FERREIRA FILHO, 52,81% das queixas nos processos analisados foram registradas pelas mães das vítimas. O fato de que apenas 11,24% dessas mães eram viúvas, sugere que a esmagadora maioria das queixosas constituía-se de mães solteiras, procurando evitar que as filhas repetissem sua história (1994, p. 124).

De qualquer maneira, certo é que no caso das antigas operárias de Plataforma, os namorados conseguiam escapar de um casamento forçado, muitos desaparecendo ao ter notícia de que suas parceiras encontravam-se grávidas. Do total de dezessete mulheres ex-operárias entrevistadas, sete tiveram seus primeiros filhos fora de um casamento, nunca morando com os pais biológicos dessas crianças. Dona Alice, por exemplo, grávida do primeiro filho com um contramestre da fábrica, nunca mais viu esse homem depois de anunciar-lhe sua gravidez. Semelhante abandono foi vivenciado por Dona Carlinda; o pai da criança, seu colega de trabalho na fábrica, desapareceu de Plataforma num barco em direção à Ribeira, dizendo que ia tratar dos papéis para o casamento. No caso de Dona Adelaide, o pastor de uma igreja das redondezas que seduziu-a quando jovem, mudou-se dali o mais depressa possível ao saber que um filho estava a caminho. Deve ter continuado a pregar a moral cristã do púlpito, sem nunca reconhecer a filha que deixou com Dona Adelaide há cinquenta anos em Plataforma.

Sem dúvida, sorte melhor teve Dona Luciana. Embora ela e o pai da criança nunca tenham se casado ou vivido consensualmente – ambos eram muito jovens na ocasião – o filho gerado desse relacionamento foi devidamente reconhecido pela família do pai. Ressalte-se que as duas avós, também mães solteiras e chefes de família, eram vizinhas e colegas da fábrica há muitos anos. Assim, por quase toda sua infância, o neto em comum, filho de Dona Luciana, circularia entre as duas casas, ora sob os cuidados de uma, ora da outra avó, enquanto a mãe trabalhava na fábrica.

A história de Dona Elenita não parece ter sido muito diferente: engravidou de um colega da fábrica, vizinho de rua. Tanto ela quanto o pai de sua filha só tinham quinze anos quando a criança foi gerada, ambos continuando a morar nas suas respectivas casas, estas também chefia-

das por mulheres, operárias da Fábrica São Braz. Nessas circunstâncias – cada um em sua casa – tiveram ainda uma outra filha. E embora as crianças morassem com a mãe (melhor dizendo, em casa da avó materna), tinham também livre acesso à casa da avó paterna.

O APOIO DAS MÃES

Importa ressaltar que os exemplos aqui discutidos não se constituíam como exclusividade das famílias operárias de Plataforma. Ao contrário, uniões consensuais e filhos gerados em relacionamentos esporádicos, sem coabitação entre os pais, eram fenômenos de ampla ocorrência entre as classes trabalhadoras baianas, tanto no passado quanto no presente (BORGES, 1992).

Por outro lado, é preciso esclarecer que dentre as mulheres incluídas neste estudo, não faltaram aquelas que estabeleceram uniões de longa duração com seus companheiros, seja através de um casamento ou de forma consensual. No entanto, tais uniões não implicaram necessariamente na formação de um novo grupo doméstico a partir de residência neolocal. Conforme o que se verificou no caso de Dona Heloísa, Dona Zenaide e Dona Josefa, por exemplo, seus companheiros passaram a morar nas casas das sogras, tornando-se membros do seu grupo doméstico. Arranjos semelhantes deram-se quando Dona Luciana e Dona Elenita encontraram novos companheiros: eles também se agregaram à famílias extensas, matrifocais.

Sem dúvida, fatores de ordem econômica contribuíam sobremaneira nesse processo. Destaca-se entre eles, a precariedade dos empregos e salários dos homens envolvidos, o que os impedia de “botar casa” para suas companheiras. Nesse ponto, note-se que a disponibilidade de casas para alugar em Plataforma era reduzida, vez que desde os anos 30 a fábrica deixara de construir novas casas para os operários, estando as existentes geralmente ocupadas. A Companhia União Fabril, proprietária da fábrica e de vários lotes e extensões de terra na área, cedia lotes através de um sistema de *enfiteuse* para aqueles que quisessem construir (SAR-

DENBERG, 1997 a), mas tal projeto era algo que poderia se estender por muitos anos, com custos materiais geralmente inacessíveis para jovens casais. Por isso, era mais fácil fazer adições numa casa já existente, a da sogra, por exemplo, construindo um quarto para abrigar o novo par conjugal.

Esse curso de ação, além de implicar em custos menores, também se adequava às estipulações da companhia, garantindo mão-de-obra familiar para a fábrica. Ademais, os grupos domésticos em questão dependiam da contribuição de todos – filhos e filhas – e não podiam dispensá-los de tal responsabilidade. Uma vez que os salários na fábrica baseavam-se na produtividade da operária, a contribuição dos filhos para o orçamento doméstico tornava-se fundamental à medida em que as mães envelheciam, ficavam doentes, ou de outra feita não dispunham mais da mesma energia para produzir na fábrica como antes, vendo seus salários sendo, pouco a pouco, reduzidos.

Ao mesmo tempo, as filhas agora eram também mães, com crianças pequenas. Para continuar trabalhando na fábrica e sustentar seus rebentos, a ajuda das mães tornava-se essencial. Assim, um ciclo transgeracional de ajuda mútua entre mães e filhas se completava. Enquanto as filhas, quando meninas, substituíram as mães nos afazeres domésticos e cuidando dos irmãos, agora eram as mães que acudiam às filhas, liberando-as, pelo menos em parte, para o trabalho na fábrica.

Com efeito, segundo revelou Dona Josefa, sem o apoio de sua mãe ela nunca poderia ter trabalhado na fábrica por mais de vinte e quatro anos e, ao mesmo tempo, criar seus onze filhos. Tampouco seria possível para Dona Zenaide criar os dez filhos que criou, sem grandes interrupções nos seus vinte e seis anos na São Braz, não fossem os cuidados de sua mãe com quem viveu até poucos anos atrás quando a mãe, já velhinha, faleceu. Ficou para Dona Zenaide e seus filhos a casa que a mãe tomou posse quando, jovem ainda, veio do interior para trabalhar na São Braz.

Essa dependência mútua entre mães e filhas contribuía sobremaneira para a formação de grupos domésticos constituídos por famílias extensas, matrifocais. Note-se contudo que não era incomum para filhos homens também estabelecerem esse tipo de relação com as mães, tra-

zendo suas esposas para a casa materna. Essa foi a estratégia utilizada tanto por “Seu” José quanto por “Seu” Lauro, vez que ambos casaram-se com colegas da fábrica residentes em outros bairros do subúrbio. Tal como explicou “Seu” Lauro: *Não fazia sentido a gente ir morar em Periperi e trabalhar aqui em Plataforma. Eu também não podia largar a minha mãe, porque já tava doente, já não podia mais trabalhar.*

Mas, se por um lado esses arranjos atendiam às necessidades dos grupos domésticos em questão e dos indivíduos, homens e mulheres que deles faziam parte, por outro, a convivência “em família” não se dava sem conflitos. Muito ao contrário. Segundo foi possível aquilatar, brigas de toda sorte minavam os relacionamentos, tanto entre marido e mulher quanto entre eles e os demais residentes. Eram conflitos entre os gêneros e gerações, que eclodiam não apenas devido às idiosincrasias e particularidades das pessoas, mas principalmente pela confusão que se estabelecia entre os papéis doméstico-familiares que elas deveriam supostamente assumir.

Nesse ponto, convém reproduzir as considerações de KLAAS WO-ORTMANN (1982) em relação aos significados atribuídos ao papel de “pai de família” no modelo normativo de família dominante e os problemas daí advindos, quando se trata da família extensa e o partilhar de uma residência:

Pai de família significa mais que “genitor”; significa “pater”, segundo a clássica distinção antropológica; significa responsabilidade, respeitabilidade, ser “um homem sério”. Em resumo, significa ser um homem, no pleno sentido da palavra, como uma categoria cultural. Nos grupos camponeses (de onde se origina boa parte das classes trabalhadoras urbanas), um indivíduo se torna “homem” quando se casa, pois é então que se desprende da autoridade e da dominação paterna. Mas, este mesmo conceito cultural requer uma família nuclear e uma residência neolocal, isto é, uma residência independente; conseqüentemente, demanda uma casa separada. A família extensa e o partilhar de uma residência comum representa a violação de um princípio de parentesco básico – a centralidade da família nuclear e, com ela, dos dois papéis/categorias ideológicas aqui apresentados. Portanto, a família extensa como arranjo residencial deve ser vista, simultaneamente, como uma solução (temporária) e como um problema. Ela não é a expressão de valores culturais, mas um produto da pobreza (1982, p.121).

Segundo o referido autor, o mesmo se aplica no caso dos significados atribuídos ao papel de *dona-de-casa*:

As atividades de *dona-de-casa* são uma função da família nuclear; a organização do grupo doméstico atribui à esposa-mãe o controle sobre a produção dos valores de uso essenciais à reprodução de seus membros, e é esse controle que define a própria essência de ser *dona de casa*. Mas tal controle supõe um *locus*, que é dado pela residência independente. Se a categoria *pai de família* supõe a família nuclear e a residência neolocal, o mesmo ocorre com a categoria *mãe de família*, pois esta não pode ser realizada numa casa com mais de uma família – em cada casa só pode haver uma *dona-de-casa* (WOORTMANN, 1982, p. 122).⁸

Numa família extensa, entretanto, não existe apenas um indivíduo mas, possivelmente, dois ou mais para assumir cada um desses papéis, o que resulta, inevitavelmente, em conflitos na família. Esse era o caso das famílias aqui consideradas: as disputas se davam entre sogras e noras pelo papel de *dona-de-casa* e entre genros e sogras pela chefia do grupo doméstico.

Ressalte-se, porém, que nas casas onde mães e filhas se apoiavam mutuamente, não havia disputa sobre quem seria, de fato, a *dona-de-casa* e a *dona da casa*: tais papéis permaneciam como prerrogativa das mães. Segundo comentou Dona Zenaide: *Eu tive uma mãe maravilhosa. Ela fazia tudo por mim, não me deixava fazer nada. Eu só aprendi a fazer feijão e muqueca depois que ela morreu*. Acrescente-se que enquanto a mãe estava viva, Dona Zenaide entregava-lhe todo o salário; era a mãe que administrava o orçamento doméstico.

Mas, o fato de que as mães permaneciam na chefia como figura central de autoridade na família, corroía as relações entre as filhas e seus companheiros vivendo sob o mesmo teto. Nenhum dos dois assumia as responsabilidades esperadas um do outro. Essa situação era particularmente difícil para os homens: podiam ser pais e maridos, mas nunca *pais de família* de fato, pelo menos não nos termos delineados por WOORTMANN. De um modo geral, os empregos precários e magros salários que obtinham, não permitiam que eles assumissem o papel de principais pro-

⁸ Veja-se também WOORTMANN (1987, 1982).

vedores do grupo doméstico. Pouco a pouco, isso levava ao rompimento das relações entre os casais:

A gente nunca casou no papel, não. Morava aqui mesmo nesta casa, que era da minha mãe; ele não botou casa pra mim, não. Ele não era bom não. Bebia muito, vivia arranjando coisa pela rua. É por isso que eu só tive minhas duas filhas. E ói que a gente viveu junto um bom tempo, acho que mais de dez anos. Porque ele não tinha um trabalho assim, quem tinha que dá as coisa pra's menina era eu. Daí, um dia arranhou outra e ficou. Quer dizer, foi ele que saiu, eu fiquei na minha casa. Que eu num ia embora, que era a minha casa. Daí voltou uns tempo depois, mas eu num quis mais não. Deus me livre! Eu num queria mais não, e ele voltou com a cara mais limpa (Dona Heloísa).

CONCLUINDO...

Seguramente, os exemplos aqui citados não esgotam as diferentes possibilidades de arranjos doméstico-familiares – e os problemas daí decorrentes – no universo do antigo operariado residente em Plataforma. Aliás, para que justiça seja feita, é preciso esclarecer que, dentre as operárias entrevistadas, não faltaram aquelas que se casaram, constituíram famílias segundo as normas dominantes e viveram com seus maridos em casa própria “até que a morte os separasse”, recebendo hoje uma pensão de “viúva”, quando não a própria aposentadoria.

Também dentre aquelas que moraram em casa das mães constituindo “famílias extensas”, incluem-se mulheres que, apesar dos conflitos e forças contrárias, conseguiram preservar uniões conjugais por longos anos. No caso de Dona Josefa, por exemplo, o marido assumiu a chefia do grupo doméstico após a morte da sogra. Foi só depois de ter enviuvado que essa chefia caiu, por fim, em suas mãos. Dessa maneira, tanto neste quanto no caso das casadas com residência própria do casal, as mulheres em questão chegaram à situação de chefia do seu grupo doméstico como “viúvas”, ou seja, na medida em que o grupo passou de uma para outra etapa no seu ciclo “normal” de desenvolvimento.⁹

⁹ Segundo as considerações de MEYER FORTES (1958), esse ciclo se abre com a constituição do par conjugal, entra em uma segunda etapa com o nascimento dos filhos, chega à terceira quando estes crescem, se casam e mudam-se voltando à situação do par conjugal e, por fim, fecha-se

Na introdução deste trabalho, entretanto, falei de “chefias femininas” e “famílias matrifocais” como fenômenos distintos, ainda que interligados. Cumpre, portanto, recorrer aqui às considerações de RAYMOND T. SMITH, quando discute a incidência de famílias matrifocais no Caribe e frisa, enfaticamente, a distinção entre tal fenômeno e o de chefias femininas. Nas palavras do referido autor:

Ao escolher o termo “matrifocal” em preferência a termos descritivos tais como “matri-cêntrica”, “matriarcal”, “dominada por mulheres”, “família da avó”, e assim por diante, pretendi especificamente passar a noção de que são as mulheres, *no seu papel de mães* e não como chefes do grupo doméstico, que se tornam o *foco* das relações. Na verdade, era central ao meu argumento que a família nuclear é tanto idealmente a normal, quanto um verdadeiro estágio no desenvolvimento de praticamente todos os grupos em questão (SMITH, 1975, p. 125, ênfases do autor).¹⁰

Segundo SMITH, nos grupos domésticos por ele estudados, filhos e filhas começavam a manter relações sexuais muito cedo, de sorte que as crianças nascidas desses relacionamentos eram geralmente incorporadas ao grupo numa relação filial com a avó materna. Isso dava lugar a unidades domésticas compostas por famílias extensas de três gerações. Com a morte ou, mais comumente, com a deserção do avô materno, identificado por SMITH como o chefe do grupo doméstico, a avó materna assumia a chefia. Porém, o ciclo fechava-se quando ela falecia. “Às vezes,” acrescentou SMITH,

uma viúva consegue manter o grupo junto com a ajuda de uma filha mais amadurecida, ou um grupo de irmãos seguram-no por um ano ou dois; mas grupos domésticos geralmente se dissolvem com a morte da mulher focal (1975, p. 125).

com a morte de um dos parceiros. Se isso acontece antes dos filhos deixarem a casa, o grupo doméstico-familiar torna-se monoparental; a chefia feminina se dá, portanto, como uma etapa desse ciclo de desenvolvimento.

¹⁰ Minha tradução do original em inglês, onde se lê: “In choosing the term ‘matrifocal’ in preference to such descriptive terms ‘matri-central’, ‘matriarchal’, ‘female-dominated’, ‘grandmother family’, and so on, I specifically intended to convey that it is women *in their role as mothers* who come to be the *focus* of relationships, rather than head of the household as such. In fact it was central to my argument that the nuclear family is both ideally normal, *and* a real stage in the development of practically all domestic groups.” Sobre ‘famílias matrifocais no Caribe, veja-se também BROWN (1975); GONZALEZ (1965); GONZALEZ (1970); e SMITH (1987).

Grupos matrifocais não coincidentes com chefias femininas foram também identificados por ELIZABETH BOTT (1976) entre as classes trabalhadoras inglesas. Formados por núcleos de mães e filhas vivendo num mesmo bairro de Londres, esses grupos sofriam um processo de descontinuidade semelhante ao descrito por RAYMOND T. SMITH, dissolvendo-se com a morte da “mulher focal”:

... estes grupos de mães e filhas carecem de continuidade estrutural: não duram por muitas gerações, não são nomeados, tendem a se esfacelar quando a avó morre e são prontamente dissolvidos quando os seus componentes se separam uns dos outros (BOTT, 1976, p. 145).

No entanto, um curso distinto – a continuidade de grupos matrifocais através de gerações – foi identificado por CAROL STACK (1975). Estudando famílias de afro-americanos vivendo em situação de pobreza numa cidade do *Midwest* nos Estados Unidos, STACK encontrou não apenas a ampla ocorrência de chefias femininas, como também a de famílias extensas matrifocais. De acordo com a referida autora, a dependência dessas famílias no auxílio do Estado e, mais precisamente, nos cheques mensais do *Welfare* pagos às mães de menores dependentes, parecia fomentar a incidência de chefias femininas, vez que a coabitação com um companheiro, mesmo não sendo ele o pai da criança, poderia acarretar a perda dos subsídios do Estado. Submetidos à situação de desemprego e subemprego crônica que caracteriza vastos segmentos da população masculina negra, afro-americana, esses companheiros não ofereciam uma alternativa ou garantia de sustento. Isso concorria, também, para a intensificação das redes de ajuda mútua entre mães e filhas e conseqüente formação de famílias extensas matrifocais, que se reproduziam de uma geração para a outra:

... padrões de autoridade num grupo de parentesco mudam com nascimentos e mortes. Com a morte do membro mais velho de uma casa, a geração seguinte assume autoridade. (...). O nascimento de uma criança pertencendo a uma nova geração recria uma unidade doméstica trigeracional. Com essas perdas e adições, grupos domésticos se mantêm (STACK, 1975, p. 123).¹¹

¹¹ Authority patterns within a kin network change with birth and death. With the death of the oldest member in a household, the next generation assumes authority. (...) The birth of a child

Por certo, circunstâncias análogas tinham lugar em Plataforma. A preferência pelo trabalho feminino na fábrica, aliada à precariedade do emprego masculino, valorizava a posição da mulher na família. Ao mesmo tempo, a dependência de mães no auxílio das filhas e, mais tarde, destas em suas mães contribuía para que mesmo depois de casadas ou de outra feita tendo companheiros, filhas permanecessem morando com suas mães e que delas herdassem a posse das casas. Por sua vez, a prática da “matrilocalidade” pós-marital enfraquecia os laços conjugais, garantindo às mulheres maior autonomia e o apoio das outras mulheres do seu grupo doméstico, no sentido de contestar a autoridade patriarcal dos companheiros. Tudo isso reforçava o elo entre mães e filhas, contribuindo sobremaneira para a formação de famílias extensas matrifocais e sua continuidade através das gerações.

Por último, cabe ressaltar que o fechamento da Fábrica São Braz na década de sessenta, não resultou em mudanças significativas nos padrões e arranjos familiares antes vigentes. Como se viu no caso de Dona Luciana, ainda hoje as filhas – algumas até prestes a ter netos – continuam vivendo na casa materna. A situação de desemprego e subemprego imposta às novas gerações, de um lado e, de outro, o dinheiro certo, todo mês, das aposentadorias e pensões das antigas operárias reforçam e valorizam o seu papel de “mulheres focais”. Assim, nessas casas, as lajes se sobrepõem, tal qual as gerações de mães e filhas, atendendo às necessidades de moradia das famílias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVIM, Maria Rosilene Barbosa

1979 Notas sobre a família num grupo de operários têxteis. In: LEITE LOPES, J. S. (org), **Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

AZEVEDO, Thales

1986 Namoro à moda antiga. [s.l., s.n].

belonging to a new generation recreates a three-generation household after the loss of an elderly member. With this loss and addition, household groupings maintain themselves (STACK, 1975, p. 123).

- BORGES, Dain
1992 **The family in Bahia, Brazil, 1870-1945.** Stanford: Stanford University Press.
- BOTT, Elizabeth
1976 **Família e rede social.** Trad. de Márcio Guerreiro, revisão técnica de Alba Zalar. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- BRITTO DA MOTTA, Alda
1999 **Não tá morto quem pelega:** a pedagogia inesperada dos grupos de idade. Salvador. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia.
- BROWN, Susan
1975 Love unites them and hunger separates them: poor women in the Dominican Republic. In: REITER, Rayna (ed.). **Toward an anthropology of women.** New York: Monthly Review Press.
- CASTRO, Mary
1989 **Family, gender and work:** the case of fende heads of household in Brazil (São Paulo and Bahia), 1950-1980. Tese (Doutorado) - Departamento de Sociologia da Universidade da Flórida, Gainesville.
- FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito
1994 **Salvador das mulheres. Condição feminina e cotidiano popular na *belle époque* imperfeita.** Salvador. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia.
- FORTES, Meyer
1958 Introduction. In: GOODY, Jack (ed.) **The developmental cycle in domestic groups.** Cambridge: Cambridge Univ. Press.
- GITINS, Diana
1985 **The family in question:** changing households and familiar ideologies. London: MacMillan.
- GOLDANI, Ana Maria
1994 Retratos da família em tempos de crise. **Estudos Feministas.** Rio de Janeiro. n. esp., p. 303-335.
- GONZALEZ, Nancie S.
1965 The consanguineal household and matrilocality. **American Anthropologist.** n. 67, p. 1541-1549.
- GONZALEZ, Nancie S.
1970 Toward a definition of matrilocality. In: WHITTEN, N. E., SZWED, J. F. (eds.). **Afro-American anthropology. Contemporary perspectives.** New York: The Free Press.
- HALL, Jacquelyn Dowd *et al.*
1987 **Like a family:** the making of a southern cotton mill world. New York: W. W. Norton & Company.
- LEITE LOPES, José Sérgio
1988 **A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés.** São Paulo: Marco Zero.

- MACEDO, Márcia dos Santos
1999 **Tecendo os fios e segurando as pontas**: gênero, classe, raça e geração entre mulheres chefes de família em um bairro de Salvador. Salvador: Relatório parcial de pesquisa
- MACHADO NETO, Zahidê
1984 As meninas: sobre o trabalho da criança e da adolescente em família proletária. In: AGUIAR, N. (org.). **Mulheres na força de trabalho na América Latina**: análises qualitativas. Petrópolis: Vozes.
- MACHADO NETO, Zahidê
1981 A força de trabalho da mulher no espaço do bairro. **Cadernos do NEIM**. Salvador, n. 4.
- MATTOSO, Kátia de Queirós
1992 **Bahia, século XIX**: uma província no império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- MATTOSO, Kátia de Queirós
1988 **Família e sociedade na Bahia do século XIX**. São Paulo: CNPq/Corrupio.
- MOURA, Esmeralda Blanco de
1982 **Mulheres e menores no trabalho industrial**: os fatores sexo e idade na dinâmica do capital. Petrópolis: Vozes.
- OLIVEIRA, Maria C., BERQUÓ, Elza.
1990 Família no Brasil: análise demográfica e tendências recentes. In: **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo: Vértice/ANPOCS.
- PARR, Joy
1990 **The gender of breadwinners. Women, men, and change in two industrial towns, 1880-1950**. Toronto: University of Toronto Press.
- PENA, Maria Valéria Junho
1981 **Mulheres e trabalhadoras**: presença feminina na indústria fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- RODRIGUES, Aracy Martins
1984 O padrão de distribuição de papéis em famílias operárias. In: AGUIAR, N. (org.). **Mulheres na força de trabalho na América Latina**: análises qualitativas. Petrópolis: Vozes.
- SAFFIOTI, Heleieth
1981 **Do artesanal ao industrial**: a exploração da mulher. São Paulo: Hucitec.
- SANTOS, Mário Augusto da Silva
1993 Habitação em Salvador: fatos e mitos. In: BRESCIANI, S. (org.), **Imagens da cidade. Séculos XIX e XX**. São Paulo: Marco Zero/ANPUH.
- SARDENBERG, Cecília M. B.
1997a **In the backyard of the factory**: gender, class, power, and community in Bahia, Brazil. Ann Arbor, Michigan: UMI Dissertation Services, UMI Number: 9709788.

- SARDENBERG, Cecília M. B.
1997b O bloco do bacalhau: protesto ritualizado de operárias na Bahia. In: COSTA, Ana A., ALVES, I. (orgs.), **Ritos, mitos e fatos: mulher e gênero na Bahia**. Salvador, NEIM/UFBA.
- SARDENBERG, Cecília M. B.
1997c E a família, como vai? mudanças nos padrões de família e no papel da mulher. **Bahia Análise & Dados**, v. 7, n. 2, p. 5-15, set.
- SARDENBERG, Cecília M. B.
1998 O gênero da memória: lembranças de operários e lembranças de operárias. In: PASSOS, E. et al (orgs.), **Metamorfoses: gênero e interdisciplinaridade**. Salvador: NEIM/UFBA.
- SMITH, Raymond T.
1987 Hierarchy and the dual marriage system in West Indian society. In: COLLIER, J. F., YANAGISAKO, S. J. (eds), **Gender and kinship. Essays toward a unified analysis**. Stanford: Stanford University Press, p.163-198.
- SMITH, Raymond T.
1973 The matrifocal family. In: GOODY, Jack (ed.), **The character of kinship**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 121-144.
- STACK, Carol
1975 **All our kin. Strategies for survival in a black community**. New York: Harper Colophon.
- VECCIA, Theresa R.
1997 My duty as a woman: gender ideology, work, and working-class women's lives in São Paulo, Brazil, 1900-1950. In: FRENCH, John D., JAMES, Daniel (eds.). **The gendered world of Latin American women workers**. Durham, N.Carolina: Duke University Press, p. 100-146.
- VIANNA, Hildegardes
1973 **A Bahia já foi assim**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- WOORTMANN, Klaas
1987 **A família das mulheres**. Rio de Janeiro: Tempo Universitário/CNPq.
- WOORTMANN, Klaas
1984 A família trabalhadora. In: **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: ANPOCS/ Cortez, p. 69-87.
- WOORTMANN, Klaas
1982 Casa e família operária. **Anuário Antropológico**, 80. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.